



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002318-95.2018.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Pagamento**
 Requerente: **Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A**
 Requerido: **Luciano dos Santos Cargos**

Juiz de Direito: Dr. **PAULO LUIS APARECIDO TREVISÓ**

Vistos etc.

CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO S/A promove ação de cobrança contra **LUCIANO DOS SANTOS CARGOS**, partes qualificadas nos autos, e expõe que é credora do réu da importância de R\$ 68.137,64, já atualizada e acrescida de juros e multa de 2%, devido ao inadimplemento pelo requerido do contrato de prestação de serviços de passagem e cobrança de pedágio. Requer, pois, seja o réu condenado no pagamento do valor indicado, além das verbas da sucumbência, e instrui a inicial com documentos.

Citado via postal, o requerido deixou fluir *in albis* o prazo para resposta, sobrevivendo requerimento da autora para decretação da revelia e da procedência da ação.

É, em síntese, o relatório.

DECIDO.

1. A lide admite o julgamento antecipado previsto no artigo 355, incisos I e II do Código de Processo Civil vigente.

2. Ausente a resposta, presumem-se verdadeiros os fatos alegados na inicial (artigo 344 do Código de Processo Civil).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
3ª VARA CÍVEL
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Por sua vez, os documentos juntados com a inicial (termo de adesão, faturas e extratos com detalhamentos das passagens por pedágios) são suficientes para embasar a presente ação.

Outro não é o entendimento da jurisprudência do E. Tribunal de Justiça, senão que: “Com efeito, a prova documental dos autos, notadamente, os extratos das faturas, contendo placa dos veículos, o nº da TAG, com data e hora da passagem pela praça de pedágio e outras informações com relação ao cadastro da apelada junto à apelante, demonstra a efetiva prestação de serviços, sendo suficiente à instrução da presente ação monitória”. (Apelação nº 1013589-45.2014.8.26.0004, 35ª Câmara da Seção de Direito Privado, Relator Des. Melo Bueno, j. 13/04/2015).

No mesmo sentido: 1. *Prestação de serviços. Monitória. Prova escrita hábil. Configuração. Extratos de utilização detalhados.* 2. *Impugnação genérica quanto ao demonstrativo de débito. Não acolhimento. Embargos bem rejeitados. Improvimento.* (Apelação nº 0002730-43.2012.8.26.0493, 26ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Vianna Cotrim, j. 24 de setembro de 2015).

Se isto não fosse suficiente, a inércia do réu em pagar a dívida ou oferecer resposta autoriza concluir pela veracidade do contido na inicial no tocante à contratação celebrada pelas partes, à efetiva prestação dos serviços pela autora ao requerido, e ao inadimplemento do último, situação que impõe o decreto de procedência da ação, e a condenação dele no pagamento reclamado na inicial.

Não há, por sua vez, impugnação contra o valor pleiteado pela autora.

Isto posto, julgo **PROCEDENTE** esta ação, e o faço para condenar o réu a pagar à autora o valor de R\$ 68.137,64 (sessenta e oito mil, cento e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos), acrescido de correção monetária desde o ajuizamento da ação, e de juros de mora contados da citação. Condene o réu, no mais, no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios do patrono adverso, ora arbitrados em R\$ 2.000,00 (artigo 85, § 2º, I, II, III e IV, e § 8º do CPC).

P.I.

Araraquara, 21 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**